



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17347 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

A PANDEMIA COVID-19 E A MERCANTILIZAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE EAD

Natália Cíndia Alves do Nascimento - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Lúcia Helena de Brito - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Joel Ivo de Sousa Araújo - UECE - Universidade Estadual do Ceará

A PANDEMIA COVID-19 E A MERCANTILIZAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE EAD

1 INTRODUÇÃO

Em meados de março de 2020 vivenciamos o surgimento de uma nova pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS): o novo corona vírus (Covid-19). Para conter a disseminação desta doença, a OMS recomendou isolamento social; tratamento emergencial das pessoas acometidas pela doença; testes massivos como medida de mensuração do avanço da doença, ao mesmo tempo em que se investia em pesquisas científicas de vacinas capazes de deter a pandemia.

Tal circunstância provocou mudanças de hábitos e de estilo de vida, bem como as formas de relações interpessoais, pois já se contabilizava a morte de cerca de 15 milhões de pessoas pela doença, por todo o planeta, conforme a OMS. Nesse sentido, no Brasil, o Ministério da Educação (MEC), em Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, suspendeu as aulas presenciais em todos os níveis de ensino, regulamentando sua substituição pela modalidade de aulas ministradas por meio de plataformas digitais, o que se denominou comumente de modalidade remota de ensino.

Esta situação de calamidade pública perdurou até início do segundo semestre de 2021, período em que se iniciou um protocolo de retorno gradual das

aulas presenciais, graças à descoberta de vacinas e campanhas de vacinação em massa, que ao deter a disseminação da doença, além de amenizar seus sintomas, descaracterizou-se a situação de pandemia.

É sob essa perspectiva histórica que este trabalho trata da Educação a Distância (EaD) nas formações em licenciatura, tendo como recorte de análise o curso de Pedagogia. Nosso intento é compreender o processo de mercantilização da modalidade EaD e seu avanço nos cursos de licenciatura em Pedagogia, no período da pandemia, bem como desvelar como ocorreu essa expansão e o que isso nos revela sobre os interesses de grupos privados nessa área de ensino.

Perante isso, nosso trabalho tem como objetivo analisar a expansão dos cursos de Pedagogia na modalidade EaD, durante o período da pandemia Covid-19 (2020 - 2022), considerando que tal fato não se encontra isolado de um processo mais geral de expansão da mercantilização da educação superior no Brasil. Nesse sentido, uma das contradições desse processo de expansão se revela na esfera da formação de professores à medida em que cresce uma demanda no mercado a evidenciar a formação do professor como uma mercadoria, sobretudo após o contexto pandêmico. Para compreendermos como se dá a formação dos professores, bem como as contradições que a permeiam, tomamos como base o método do materialismo histórico-dialético, ou seja,

[...] refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria) chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. (PIRES, 1997, p. 87).

Metodologicamente, aplicamos a abordagem qualitativa (Bogdan e Biklen, 1991), com revisão bibliográfica compreendendo as seguintes categorias conceituais: a mercantilização do ensino superior e a expansão de cursos EaD na área da Pedagogia, a partir dos estudos de Saviani (2009), Leher (2022), Laval (2004), Malanchen e Duarte (2018), entre outros. Recorremos à pesquisa documental, no qual analisamos o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/CP nº 5/2020 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) com ênfase no Ensino Superior, entre outras legislações complementares.

Ademais, analisamos os dados que constam na Sinopse Estatística da Educação Superior – Graduação/INEP/MEC, de 2022, com recorte temporal de 2020 a 2022, para englobar os anos de propagação e controle da pandemia. Para tanto, esta pesquisa está dividida em duas seções: na primeira, apresentamos a modalidade EaD e sua relação com o avanço da mercantilização do ensino superior, na segunda seção, discutimos especificamente a expansão do curso de Pedagogia, nesta modalidade, durante o período da pandemia.

2.1 A Educação à Distância como estratégia de expansão da mercantilização do Ensino Superior

Em 2020, diante do cenário de calamidade pública, o CNE divulgou o Parecer CNE/CP nº 5/2020 no qual delimitou a reorganização do calendário escolar, definindo o cumprimento da carga horária mínima anual, com a permissão de atividades não presenciais, flexibilizando assim o cumprimento dos dias letivos.

Algumas possibilidades de cumprimento da carga horária mínima estabelecida pela LDB seriam: • a reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência; • a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, garantindo ainda os demais dias letivos mínimos anuais/semestrais previstos no decurso; e • a ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades. (BRASIL, 2020, p. 6)

Consoante a esse parecer foi permitida a utilização do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), com fins pedagógicos, para cumprir a carga horária que, posteriormente, foi regulamentada pela lei nº 14.040, de 2020. Nos termos da referida lei não foi citada claramente a Educação a Distância (EaD). Assim, o que vivenciamos nesse período foi denominado de Ensino Remoto Emergencial (ERE).

É nesse contexto histórico que o setor privado avançou na área de educação, com oferta de cursos utilizando-se, de forma ainda mais contundente, da modalidade EAD, para expandir a mercantilização do ensino, e, em razão disso, aumentar seus lucros. Inicia-se um processo de formação docente aligeirada e precária.

Concordamos com Brandão (1995, p. 33) quando este afirma que “[...] aos poucos acontece com a educação o que acontece com todas as outras práticas sociais (a medicina, a religião, o bem estar, o lazer) sobre as quais um dia surge um interesse político de controle [...]”. Assim, “[...] a educação consolida a estrutura classista que pesa sobre nós [...]” (Brandão, 1995, p. 56). Logo, a educação começa a ser um alvo promissor da mercantilização, Leher (2022, p.85) a define como a “comercialização de um bem (a educação) cuja condição de mercadoria causa ‘estranhamento’ por ter sido estabelecida, historicamente, nas constituições como direito do cidadão e dever do Estado [...]” Então, importa aqui compreendermos o momento histórico que a EaD se consolidou na esfera “comercial”, como um serviço a ser vendido, como uma “mercadoria”, sobretudo por meio dos cursos de formação docente.

A primeira experiência de educação à distância no Ensino Superior ocorreu na Universidade de Brasília (UnB), em 1979, por meio da criação do Centro de Educação Aberta e a Distância (Caed). Após isso, o MEC criou o programa “Um Salto para o Futuro” com a finalidade de qualificar os docentes que já atuavam no ensino fundamental, e, para tanto, utilizou-se de canais de televisão e materiais impressos. É assim que surge a EaD, sendo direcionada para a formação docente, que posteriormente, houve sua predominância pelo setor privado.

Isto ocorre sob a alegação de atender as metas dos Planos Nacionais de Educação (PNE), bem como das diretrizes de expansão da formação docente a partir da LDB de 1996, que institui a Década da Educação, no qual, o § 4 da LDB determinou que até o final deste período, “[...] somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.” (BRASIL, 1996). Conseqüentemente, houve uma crescente busca destes profissionais pela formação adequada com a lei.

Dados do INEP (2022) expõem que nos últimos 10 anos (2002-2022) houve um crescimento de 8% de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, totalizando, em 2022, o número de 2.283 IES particulares. Ao observarmos especificamente o período da pandemia (2020 a 2022), houve um aumento de 130 instituições privadas.

Esse crescimento exponencial do setor privado-mercantil no Ensino Superior ocorre por meio de grandes corporações educacionais, como a Cogna Educação (antiga Kroton), YDUQS (Estácio Participações), entre outras, que passam a reconhecer a demanda social por qualificação no mercado, no qual, cada vez mais indivíduos buscam formação superior para agregar ao seu capital humano. Laval (2004) afirma que no capitalismo contemporâneo as análises sobre educação se centram nas teorias do capital humano (TCH), mesmo que “[...] distorcidas ideologicamente, traduzem uma tendência muito real do capitalismo contemporâneo: mobilizar saberes cada vez mais numerosos, sob seu duplo aspecto de fatores de produção e mercadorias.” (LAVAL, 2004, p. 25).

Portanto, “[...] segundo a OCDE, o capital humano reuniria os conhecimentos, as qualificações, as competências e características individuais que facilitam a criação do bem-estar pessoal e econômico” (LAVAL, 2004, p. 25). Assim, para o autor, essa compreensão da TCH distorcida da original surge com o potencial de justificar economicamente as despesas educativas, transpondo a educação à esfera de mercado.

Nesse sentido, nos anos pandêmicos, houve um crescimento de 50% no percentual de cursos de graduação na modalidade EaD, cuja modalidade, em 2022, alcança o percentual de 93,3% no setor privado do mercado do ensino. (INEP,

2022). Com o objetivo de baratear os custos para manter essas formações, fica perceptível o quanto o mercado se utilizou desse contexto pandêmico para difundir essa modalidade de ensino, divulgando amplamente seus supostos benefícios, como a flexibilidade de horários e acessibilidade a locais mais distantes do país.

2.2 O curso de Pedagogia e a expansão da modalidade EaD pós pandemia

Diante da massificação da modalidade EaD provocada pelo setor empresarial que transforma a educação em mercadoria, é notório o fato de que os cursos de formação docente são o chamariz desse processo. Assim, ao compararmos o número de matrículas entre os cursos superiores em modalidades presencial e EaD, encontramos o seguinte resultado: a predominância de interesses em IES privadas e modalidade EaD para formações em cursos de licenciatura.

Tabela 1 - Número de matrículas nos cursos de licenciaturas, de acordo com a modalidade e categoria administrativa (2022)

EaD		Presencial	
Público	Privado	Público	Privado
105.213	966.645	466.716	131.337

Elaborada pelas autoras. Fonte: INEP/MEC (2022).

Saviani (2009) afirma que durante a história da formação de professores no Brasil, houve uma forte dualidade entre os conteúdos culturais-cognitivos e o aspecto pedagógico-didático, e, a este último, foi dado menor atenção, privilegiando-se os conteúdos culturais-cognitivos. Assim, a partir de 1939, o currículo dos cursos de Formação de Professores foi composto pelo “esquema 3+1”, ou seja, “[...] três anos para o estudo das disciplinas específicas, vale dizer os conteúdos cognitivos ou ‘os cursos de matérias’, na expressão de Anísio Teixeira, e um ano para a formação didática” (SAVIANI, 2009, p.146). Nesse sentido, “A questão pedagógica, de início ausente, vai penetrando lentamente até ocupar posição central nos ensaios de reformas da década de 1930. Mas não encontrou, até hoje, um encaminhamento satisfatório” (SAVIANI, 2009, p. 148).

A partir dessa reflexão, considerando os dados até aqui apresentados, surge o questionamento sobre que conteúdos estão sendo privilegiados nesses cursos à distância ofertados por instituições de ensino superior de caráter privado. Nossa

hipótese tem sido a de que, dados os limites teóricos e pedagógicos que envolvem redução de tempo e limites espaciais-físicos dessa modalidade, há fortemente a predominância do currículo cultural-cognitivo em detrimento do caráter pedagógico-didático.

Por outro lado, quando realizamos esta análise com foco nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, obtemos os seguintes resultados;

Tabela 2 - Número de matrículas nos cursos de licenciatura em Pedagogia, de acordo com a modalidade e categoria administrativa (2022)

EaD		Presencial	
Público	Privado	Público	Privado
36.299	329.001	79.062	19.472

Elaborada pelas autoras. Fonte: INEP/MEC (2022).

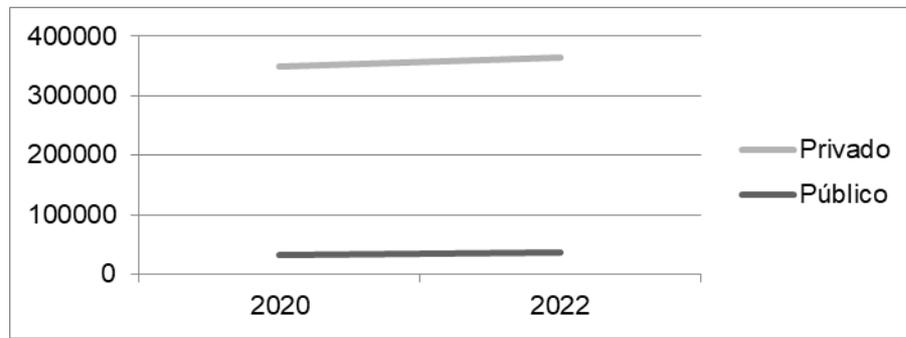
Ao observarmos esse quantitativo de matrículas, percebemos o grande domínio do setor privado-mercantil perante a EaD, no qual 90% das matrículas no curso de Pedagogia EaD são oriundas do setor com fins lucrativos, enquanto na modalidade presencial, o setor público abrange 80% das matrículas. Cabe aqui a seguinte reflexão: Por quais motivos há esse grande interesse do setor privado na modalidade à distância? Que engrenagens do sistema capitalista/neoliberal são privilegiadas com esse tipo de formação? Sobre este avanço da EaD, Leher (2022, p. 95) afirma que

[...] a maior parte da juventude irá concluir sua graduação nessas instituições desvinculadas, radicalmente desassociados, nas formas mais ricas, complexas e elevadas de conhecimento científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural. Serão graduados que tiveram seu direito negado de interagir com o conhecimento historicamente sistematizado, por meio de teorias, conceitos e métodos.

Malanchen e Duarte (2018) acreditam que o governo, intencionalmente, por uma conjunção de fatores, abriu mão da formação de professores, o que, conseqüentemente, “[...] favorece o capital privado ampliar suas margens de lucro, aligeirando e barateando a formação não só dos professores, mas também de outros profissionais.” (MALANCHEN e DUARTE, 2018, p. 27).

Ao analisarmos o período da pandemia Covid-19 (2020-2022), percebemos uma continuidade da lógica de mercantilização e massificação dos cursos EaD privados na área da Pedagogia,

Gráfico 1 - Número de matrículas nos cursos de licenciatura em Pedagogia EaD, de acordo com a categoria administrativa (2020 e 2022).



Elaborada pelas autoras. Fonte: INEP/MEC (2020;2022).

Assim, é visível a manutenção do crescimento desta modalidade durante os anos de disseminação e controle da pandemia Covid-19, apesar de um crescimento tímido, quando comparado ao setor público. É perceptível a predominância das empresas com fins lucrativos nesta área da EaD. Nesse sentido, concordamos com Leher (2022), ao constatar que as novas formas de mercantilização estão ocorrendo de forma sistêmica e generalizada, nas quais, estamos presenciando que “O conjunto da força de trabalho docente será constituído, cada vez mais, por docentes formados em cursos a distância ofertados por organizações sob dominância financeira [...]” (LEHER, 2022, p. 93).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crise sanitária causada pela pandemia Covid-19, houve um declínio econômico e político, afetando os grandes grupos educacionais, o que acentuou a situação de precarização dos cursos de licenciatura EaD e a exploração do trabalho dos professores. Leher (2022) exemplifica esse fato ao citar o caso dos professores, do grupo Laureate, que ministraram aulas online para 300 estudantes, alcançando paulatinamente o número de 50 mil estudantes por semestre.

A partir disso, refletimos acerca da qualidade desses cursos de formação de professores, por meio dos quais os futuros docentes são formados sem a real vivência diária de uma sala de aula, pois ficam limitados apenas as experiências nos estágios.

Assim, concordamos com Malanchen e Duarte (2018) ao afirmarem que é notório o motivo pelo qual ocorre o afastamento dos professores dos cursos presenciais, pois compreendem que, diante da precarização da formação docente e da fragilidade qualitativa desses cursos, os formandos não necessitam dominar conhecimentos científicos e filosóficos, pois, uma vez formados, estes professores irão atuar, predominantemente, nas escolas públicas frequentadas pelos filhos da classe trabalhadora.

Ao compreendermos a formação de professores, a partir da necessidade de

propor uma educação crítica que possibilite a compreensão da realidade. Reconhecemos o motivo da ênfase e avanço do setor privado empresarial na oferta de formação de professor na modalidade EaD, com o objetivo de subsidiar a continuidade das políticas neoliberais. Para tanto, a educação é transformada em um objeto comercializável, negando toda a história da educação como um bem público e direito fundamental, ou seja, a pandemia Covid-19 e suas consequências acentuaram ainda mais o processo de mercantilização da educação já em curso no Brasil desde a instalação da LDB nº 9.394 de 1996.

Palavras-chave: Mercantilização; Formação docente; Pandemia; Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1994. 335 p. Tradução de: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. 117 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 abr. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020c. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN52020.pcquery=covid. Acesso em 05 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior: 2020; 2022**. Brasília: Inep. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 abr. 2024

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 21 ed. Londrina: Editora Planta, 2004, 324p.

LEHER, Roberto. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, MA, v. 26, n. Especial, p. 78–102, 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262>. Acesso em: 3 jul 2024.

MALANCHEN, Julia; DUARTE, Rita de Cássia. Políticas públicas para formação de professores no Brasil: formação ou conformação ao ideário do capital?. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 15–34, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8068>. Acesso em: 27 abr. 2024.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 1, n. 1, p. 83-94, ago. 1997. FapUNIFESP. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wFR4dmSD/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], v. 14, n. 40, p. 143-155, abr. 2009. FapUNIFESP. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.